



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.
Sub-eixo: Ênfase na questão urbana.

MAPEAMENTO DOS CONFLITOS E DAS LUTAS SOCIAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NO SÉCULO XXI – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

ERICA TEREZINHA VIEIRA DE ALMEIDA¹
JOSE LUIS VIANNA DA CRUZ²
CRISLAINE RIBEIRO DE SOUZA³
POLLYANNA DE SOUZA CARVALHO⁴

Resumo: A partir de pesquisa sobre manifestações coletivas e resistências de grupos sociais na Região de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ, entre 2000 e 2012, o artigo apresenta uma reflexão acerca do processo de modernização da região, destacando os conflitos, seus móveis e as forças sociais em disputa. Ao recuperar o processo de modernização de Campos, caracterizado pela expropriação dos trabalhadores do campo e, mais recentemente, pela expropriação da terra, do trabalho, dos direitos e, ainda, de uma existência ambientalmente sustentável, considerando os impactos socioambientais dos Grandes Investimentos, o artigo expõe as tensões do projeto de desenvolvimento vigente.

Palavras-chave: Conflitos; Expropriações; Grandes Investimentos; Região Norte Fluminense; Resistências.

Abstract: Based upon research on collective demonstration and resistance by social groups in Campos dos Goytacazes Region, Northern Fluminense/RJ, from 2000 to 2012, this paper conveys reflection about the region's modernization process, highlighting conflicts and their motive, and the social forces in dispute. By recalling the modernization process in Campos, characterized by the expropriation of rural workers and, more recently, by the expropriation of land, labor, rights and an environmentally sustainable existence, considering the socio-environmental impacts of Large Investments, it points out the tensions carried out by current development project.

Keywords: Conflicts; Expropriations; Large Investments; Northern Fluminense; Resistances.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de reflexões iniciadas em 2014 com desdobramentos nos anos de seguintes⁵. Embora o estudo da dinâmica regional, com destaque

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <ericalmeida@uol.com.br>.

² Professor com formação em outras áreas. Universidade Cândido Mendes.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

para os atores institucionais e suas práticas políticas em torno da construção da sua hegemonia, ou, nas palavras de Oliveira(1987)⁶, do “fechamento” da região Norte Fluminense, tenha sido objeto de CRUZ (2003) referente ao período de 1970 a 2000, ele continua relevante, sobretudo, no que se refere à problematização da sua atual forma de integração à economia mundial, sob a égide do capital financeiro. Para Harvey, o que caracteriza o novo padrão de acumulação por espoliação é o avanço de um conjunto articulado de expropriações (terra, trabalho e direitos), intensificado no modelo capitalista vigente, comandado pelos fundos de investimento, principais agentes das novas estratégias de valorização do imperialismo (2013). Não é por acaso que “a relação orgânica entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2013, p.118). Além desse enfoque, pretende-se construir uma abordagem da região⁷ com foco em Campos dos Goytacazes, que articule economia, política e cultura no processo de construção da hegemonia local e regional, privilegiando os conflitos, os sujeitos e as lutas sociais experimentados no início do século XXI. Para tal, serão problematizados alguns elementos introdutórios revelados pela pesquisa em curso sobre os conflitos na Região Norte Fluminense, com destaque para Campos, a partir do levantamento das manifestações e reivindicações coletivas publicizadas no Jornal Folha da Manhã⁸, no período de 2000 a 2012. O mapeamento inicial das manifestações coletivas, bem como a sua classificação e problematização, tem como objetivo inicial a construção de uma análise com ênfase nos conflitos e nas respostas (espontâneas ou organizadas) construídas pelos sujeitos de modo coletivo.

De modo introdutório, a pesquisa tem revelado que as lutas sociais e seus objetos nem sempre respondem diretamente à dinâmica imposta pelo contexto de avanço da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2013) e de mercantilização dos direitos, marcado pelas expropriações contemporâneas (MOTA, 2017). Embora grande parte das manifestações esteja articulada à nova dinâmica territorial redesenhada pela presença do capital transnacional na escala local e regional, ela aparece mediada pelos atores locais, responsáveis por fazer a articulação dos seus interesses (econômicos e políticos) com os projetos de escalas mais amplas (nacionais e supranacionais). Nesse sentido, é preciso considerar as particularidades históricas do município em torno da monocultura da cana-de-açúcar e da hegemonia político-cultural das elites agroindustriais e, também, a cultura do

⁵No período de 2014-2017, com o apoio da FAPERJ, foi desenvolvido o projeto de pesquisa intitulado O Norte, o Noroeste Fluminense, as Baixadas Litorâneas e o Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás: dinâmica socioeconômica, mercado de trabalho, desenvolvimento regional e gestão territorial. Em 2017, com apoio na forma de bolsa de IC (FAPERJ e PIBIC), teve início o projeto de pesquisa Trabalho, precarização e resistência na periferia do capitalismo – a região Norte Fluminense como cenário. Ambos os projetos tiveram a participação dos autores.

⁶OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

⁷A Região Norte Fluminense é formada pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, São Fidelis, Conceição de Macabu, S. Francisco do Itabapoana e Cardoso Moreira.

⁸Criado em 1978, o Jornal Folha da Manhã é um veículo de comunicação que tem sede no município de Campos dos Goytacazes, mas, possui circulação regional. Nesse sentido, cabe salientar que os conflitos registrados e analisados serão aqueles disponibilizados pelo veículo de comunicação e coletados por meio da pesquisa hemerográfica no período de 2000 -2012, para este artigo.

clientelismo como prática social central na reprodução social dos trabalhadores mais empobrecidos, historicamente validada e culturalmente aceita por uma grande parte da classe trabalhadora.

De modo geral, a pesquisa hemerográfica demonstra uma intensa mobilização em torno das pautas sindicais por reajuste salarial e contra as formas de precarização do trabalho, em especial contra o crescente processo de terceirização nos setores públicos e privados; as lutas pelo direito ao trabalho em virtude do crescente desemprego no país e nos municípios da região, bem como aquelas vinculadas aos cortes no financiamento das políticas públicas, em especial da educação, nos três níveis de governo (federal, estadual e local). Além destas, aparecem manifestações coletivas vinculadas ao processo de reprodução social na cidade, com destaque para as lutas pelos direitos sociais como o direito ao transporte público, à educação, à saúde, ao saneamento e à moradia, acrescidas pelas manifestações e protestos contra a insegurança e a violência. Essas últimas são protagonizadas, majoritariamente, pelos sujeitos das periferias urbanas, especialmente, nos municípios de Campos e Macaé⁹.

2. DESENVOLVIMENTO

A Modernização Conservadora em Campos dos Goytacazes – expropriação e segregação socioespacial

Localizada no norte do estado do Rio de Janeiro, a mesorregião político-administrativa Norte Fluminense (RNF), compreende, atualmente, nove municípios¹⁰. Conhecida historicamente pela monocultura da cana-de-açúcar (desde o século XVII) e, mais tarde, pela produção de açúcar e álcool, até o final da década de 80, a RNF foi profundamente marcada pelo monopólio da ação política das elites locais junto às Instituições do Estado. Considerado de porte médio, o município mais importante da RNF, Campos dos Goytacazes, atualmente com uma população de 490.288 habitantes (projeção para 2017), voltaria à cena nacional, com a descoberta e exploração de petróleo e gás em águas profundas, a partir de 1978, na Bacia de Campos e, também, pelo crescimento dos orçamentos dos municípios produtores de petróleo ou petrorrentistas¹¹, a partir de 1989 e, mais acentuadamente, a partir de 1998.

Mais recentemente, na primeira década do novo século, o município encara, definitivamente, o declínio e a perda da centralidade do setor sucroalcooleiro, que se arrastava desde os anos 1990, e experimenta a introdução de outras atividades econômicas.

⁹Cabe registrar que embora Campos seja o município mais populoso da RNF, ele cresceu pouco desde o período de implantação do Complexo de Petróleo e Gás na Bacia de Campos, na década de 1970. Segundo as pesquisas, Macaé foi o município mais impactado pelo setor de petróleo considerando a instalação da sede da Petrobrás e das grandes petrolíferas, dentre outras Empresas, no território macaense. Nas últimas três décadas (1970 – 2009) a população de Macaé saltou de 47.221 para 194.403 (Ver. TERRA, D., RESSIGUIER, J. H. Mudanças no Espaço Urbano de Macaé: 1970-2010. In: *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé*, p.149-168.

¹⁰ Ver nota de rodapé nº 3.

¹¹ Denominação dada aos municípios “produtores” de petróleo, porém sem instalações fixas ou atividades produtivas da indústria de exploração e produção de petróleo, altamente dependentes das rendas privilegiadas que recebem.

Todavia, cabe ressaltar, não obstante as ocupações e assentamentos de reforma agrária realizadas pelo MST e pela FETAG¹², e algumas outras atividades do circuito inferior da economia, que o município se encontra completamente refém das rendas da indústria extrativa de petróleo e gás, com base operacional em Macaé, e das atividades do Complexo Portuário do Açu, no município de São João da Barra, ambos fronteiriços a Campos. Este último, aliás, representou, nos últimos anos, o principal vetor de outro processo de destaque na economia local - a especulação imobiliária - ambos responsáveis por um violento processo de remoções e deslocamentos forçados de população do campo e da cidade em nome do “risco social e pessoal” e /ou “ambiental” e em nome do desenvolvimento e do emprego (ACSELRAD,2010).

Como qualquer outro município que tem a sua dinâmica econômica assentada na monocultura, Campos forjou um processo de modernização “pelo alto” ou conservador, baseado em um projeto de desenvolvimento econômico extremamente elitista e excludente, tanto no que se refere aos direitos trabalhistas e às condições decentes de trabalho, quanto no que se refere à construção de uma esfera pública mais democrática e participativa. Na perspectiva gramsciana, um projeto sem hegemonia, porque carecia do “elemento popular”, ou seja, do protagonismo popular que culminaria no reconhecimento das necessidades e dos interesses da classe-que-vive do trabalho, sobretudo, das suas parcelas mais empobrecidas, exploradas e precarizadas.

Tendo como referência o processo de modernização do município de Campos, observa-se que este tem início nos primeiros anos do século passado com a transformação dos primeiros engenhos de açúcar em usinas movidas a vapor. O avanço das forças produtivas seria acompanhado, por sua vez, pelas novas relações de trabalho instituídas pela abolição da escravidão, com a contratação de trabalhadores, na forma de parceiros, colonos, campeiros e moradores, em sua maioria, negros libertos e trabalhadores pobres oriundos do estado do Ceará¹³. Essas relações caracterizaram o processo produtivo na cana, na RNF, até os anos de 1950, quando acontece um segundo surto de modernização do campo. Esse contexto caracteriza-se pela introdução de algumas tecnologias no processo produtivo, em particular, com a introdução dos tratores e caminhões substituindo força de trabalho e a tração animal, impulsionando o processo de expulsão do trabalhador – morador das fazendas. Para CRUZ (1992), esse novo ciclo de expropriação de campo iniciado nos anos de 1950 e intensificado nas décadas seguintes, foi reforçado pelas mudanças nas relações de trabalho, pela redução das atividades de colonato e parceria, pela perda da moradia e gradativo predomínio e generalização das relações assalariadas. Ao analisar a unificação do mercado de trabalho rural/urbano de Campos, Benetti (1986) indica que

¹²Segundo ALENTEJANO, entre os anos de 1986 e 2008, foram 27 ocupações nas terras de Usinas no NF. 20 delas foram realizadas pelo MST (Movimento dos Sem Terra) e 07 pela FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Rio de Janeiro) e 64,3% delas ocorreram nas terras de Usinas de Campos (ApudBARCELOS, E. *Estudo de Caso – A luta pela terra/território no Norte do Estado do Rio de Janeiro: a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária*, 2015).

¹³ Ver: RIBEIRO, R. O negro e seu mundo: vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). Campos dos Goytacazes. *Dissertação de Mestrado*, UENF, 2012.

Nas novas relações contratuais dos trabalhadores simplesmente existirá o salário[...]. Nem teto, nem alimento, nem terra de subsistência farão parte da relação contratual. De trabalhador rural, de trabalhador da cana-de-açúcar, passará a ser trabalhador que trabalha na cana de açúcar, e não somente na cana de açúcar, mas em qualquer outro lugar que possibilite sua reprodução. Trabalhadores para todos os capitais(pág 65).

A maior parte desta mão de obra volante, como já demonstrado, é oriunda dos processos de expropriação da classe trabalhadora. Esse processo de (des)territorialização dos trabalhadores rurais e de sua (re)territorialização no meio urbano, representou uma nova experiência para a classe trabalhadora oriunda do campo que inclui a sua imersão em áreas de ocupação (as favelas), a autoconstrução, a ocupação em atividades ligadas à construção civil e à serventia doméstica e a aproximação com uma nova sociabilidade, pautada em novas experiências e, por conseguinte, novos valores, novas representações e sociabilidades.

Nos anos de 1980, com a evolução da crise do setor sucroalcooleiro na região, essa atividade voltou a perder força de trabalho. A perda de centralidade dessa ocupação entre os trabalhadores empobrecidos é, talvez, a maior prova da “crise” do setor, o que fez com que os trabalhadores buscassem novas ocupações em outros setores, em especial, da construção civil e de serviços.

A combinação da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira local foi decisiva para agravamento do desemprego no campo e na cidade. A concorrência com o Estado de São Paulo, maior produtor de açúcar e de álcool (derivados da cana), e o processo de reestruturação produtiva no setor fez com que dezenas de usinas locais entrassem em processo de falência. Algumas poucas foram vendidas para o capital “de fora”, sobretudo paulista, e outras simplesmente arrendaram suas terras ou as utilizaram como estoque. Este processo, que tem início na metade dos anos 80, vai se estender durante toda a década de 1990, com a liberalização da economia por intermédio da adoção do receituário neoliberal, da reestruturação no mundo do trabalho e da política de ajuste fiscal, promovendo uma drástica redução dos postos de trabalho no País e, por conseguinte, no município. No caso de Campos, embora a grande maioria dos trabalhadores rurais já não residisse mais nas fazendas, o fechamento das usinas provocou um forte desemprego entre os trabalhadores pauperizados e de menor escolaridade. (ALMEIDA, 2017, pág. 221)

O fim da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964 e da estrutura política, institucional e financeira que sustentava o fechamento político do Norte Fluminense, o predomínio do capital paulista juntamente com o capital de outras regiões, na aquisição de usinas, descortinou uma região de população pobre e pouco dinâmica em termos da geração, acesso e distribuição de emprego e renda. Cabe destacar que a crise do setor sucroalcooleiro da RNF tem uma profunda relação com o processo de redemocratização política do país, inicialmente e, depois, com a implementação da agenda neoliberal em detrimento do Estado intervencionista que sempre socorria o setor (CRUZ, 2003). Apoiados por um conjunto de políticas, programas, subsídios,

benefícios, isenções e até mesmo em anistia das suas dívidas, os usineiros de Campos não resistiram à nova prática da concorrência intercapitalista. Além do mais, o fim do Proálcool e da tutela do IAA¹⁴, ambos extintos em 1990, coma reconfiguração política nacional e, portanto, das novas alianças com o setor empresarial, em especial com os setores sucroalcooleiros mais modernos e competitivos, como os de São Paulo e outros estados, expõe a dependência e a tutela do setor regional em “crise” com o fim do Estado intervencionista. O Proálcool foi o último socorro aos usineiros da RNF, todavia, não foi acompanhado dos esforços necessários por parte do empresariado regional.

A produção de cana e açúcar, ao final da década de 90, realizada, agora, em usinas altamente tecnificadas, passou a ser metade da do auge, nos anos 80 [...]. O emprego no setor caiu, entre meados de 1980 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000 trabalhadores. Foram 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo tanto de mão de obra deslocada para o mercado de trabalho urbano, desqualificada para outras atividades que não a cana em virtude dos baixos níveis de instrução e de educação formal (CRUZ, 2003). Concomitante a este processo de “crise” do setor sucroalcooleiro local, o recrudescimento do desemprego e da precarização do trabalho durante toda a década de 1990 pressionou os trabalhadores a buscarem alternativas ao desemprego e à insuficiência de renda, muitas delas reconhecidas como “estratégias de sobrevivência”, uma vez que não tinham como ser absorvidos pela indústria petrolífera, iniciada em 1978. Segundo Cruz (1992) apenas duas atividades vão absorver, em grande parte, os chamados “deserdados da cana” - as cerâmicas (olarias) da região da Baixada Campista e os assentamentos de Reforma Agrária.

A crise econômica traz consigo uma crise de legitimidade do projeto regionalista, colocando em risco o projeto de fechamento da Região de Campos pelas elites da agroindústria açucareira e da pecuária. É nesse contexto de crítica à monocultura da cana bem como ao monopólio político exercido por suas elites que o projeto político liderado por Garotinho, que ficou conhecido como “Grito do Interior”, ganhou força até conquistar a prefeitura de Campos no ano de 1989 (CRUZ, 2003). Vinculado a um projeto que defendia a diversificação das atividades econômicas em contraponto à monocultura da cana, esse projeto político não só se manteve por três décadas no governo, ainda que com cisões, como também, se espalhou para além da RNF, conquistando, por duas vezes, o governo do estado do Rio de Janeiro e se transformando em uma força política de âmbito nacional. Para além desses segmentos, o município vai observar um crescimento no setor de educação superior e de qualificação profissional em função das atividades ligadas ao setor de petróleo e gás e, também, nos serviços privados de saúde. No campo, destaca-se a continuidade da cana com menor relevância e a expansão da pecuária de corte, atividades concentradoras de renda e de terra e contra as quais insurgirá os movimentos por reforma agrária.

Deu-se início a um período, que vai de 1996 a 2006 de intensos conflitos pela terra e a abertura de várias frentes de ocupação de fazendas e terras abandonadas e improdutivas das usinas, protagonizadas pelo MST, num primeiro momento e pela FETAG, posteriormente juntamente da organização, mobilização e agregação

¹⁴ Instituto do Açúcar e do Alcool

de trabalhadores rurais e precarizados variados da cidade, assalariados, moradores de periferia, ex-colonos e trabalhadores temporários (BARCELOS, 2015).

Ao mesmo tempo, sob o comando de Garotinho, o município vê crescer significativamente o seu orçamento, sobretudo a partir de 1998, em função das chamadas rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais), na sua primeira fase.¹⁵ O crescimento dos orçamentos dos municípios produtores de petróleo, principalmente no município de Campos, vai reforçar a cultura política clientelista tradicionalmente praticada pelos políticos locais e regionais, recriando a figura dos “coronéis”, hoje representada pelo poder conferido aos prefeitos e pela sua capacidade econômica e política não só para fazer intervenções na vida da cidade e, em especial, na vida cotidiana das classes subalternas, seja como programas de moradia popular e de infraestrutura em geral, seja com programas de transferência de renda, subsídios na passagem urbana e obras de saneamento, construção de hospitais, dentre outras obras de valorização do espaço urbano, mas para propor alianças importantes para o setor privado, em especial, os setores agropecuários e da construção civil. Uma clara demonstração da atualidade das associações do arcaico e do moderno.

A partir da segunda metade da década de 2000, um conjunto de Grandes Investimentos¹⁶ passa a atuar nos municípios de Campos e de São João da Barra, provocando profundas alterações no espaço regional, com destaque para os investimentos de logística – o megaporto do Açú, em S. João da Barra, vinculado à exportação de minério e de produtos agroindustriais e ao apoio à exploração de petróleo e gás, pertencente ao um Fundo de Investimento americano, o EIG – e de serviços ao Complexo de E&P e ao Complexo Portuário do Açú, na área urbana – hotéis, centros de armazenagem e distribuição, complexos de atacado e de varejo, como shopping centers – através de grandes empresas nacionais e transnacionais. Esses investimentos são viabilizados, em sua maior parte, por recursos federais, em parcerias com o capital privado, uma vez que se inscrevem na estratégia de inserção subordinada do Brasil na economia internacional.

Esse processo é acompanhado de inúmeras mudanças não apenas no mundo do trabalho, já impactado desde o início dos anos 90, mas, também, no campo da proteção social pública, uma das principais vítimas da mundialização neoliberal, numa clara demonstração de que a destruição da ideia de público e de direitos são os alvos contemporâneos do modelo de acumulação por despossessão (HARVEY, 2013). Não podem ser desprezados, no entanto, os conflitos desencadeados por tais processos e os movimentos protagonizados pelas classes subalternas, no campo e na cidade. Ainda que muitos desses movimentos sejam considerados espontâneos e episódicos, eles traduzem a dinâmica excludente e elitista deste modelo de desenvolvimento. Ainda,

¹⁵Com a Lei do Petróleo (de 1997), que acabou com o monopólio da Petrobras na E&P, aumentou as alíquotas correspondentes aos *royalties* e criou as participações especiais. Desde 1998, mais de 30 bilhões de reais foram repassados a esses municípios e, alguns deles, têm figurado entre os maiores PIBs (total e *per capita*) do país.

¹⁶Os Grandes Investimentos, doravante tratados aqui sob a sigla GI, são investimentos públicos e privados de grande porte, em termos de capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos, no segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural e construído.

segundo o autor, a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação, já que a mesma permite a liberação de um conjunto de ativos, incluindo o barateamento da força de trabalho para que o “excedente de capital possa apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (2013,p.124).Neste modelo de acumulação por espoliação, o sistema de crédito e o capital financeiro desempenham um papel relevante, comandando o processo de valorização sustentado na superexploração da força de trabalho¹⁷ e na transferência direta de grandes parcelas da produção para a esfera da especulação.

Ao lado da mercantilização da natureza e dos recursos naturais (e sua destruição), avança também o processo de mercantilização dos direitos, com a progressiva privatização dos serviços públicos em áreas até então consideradas como “direitos do cidadão”. Essa espoliação dos direitos vem desconstruindo o que se conheceu como *WelfareState* (no caso dos países de capitalismo centrais) e, também, os frágeis e deficientes sistemas de proteção social construídos na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, ameaçados pelos interesses do capital especulativo e sua voracidade em conquistar novas fronteiras. A adoção, muitas vezes com característica de imposição, de políticas de recorte neoliberal, tem sido assimétrica, entre países que sediam os principais capitais e agentes corporativos, de um lado; e países sem força para traçarem, com autonomia, políticas de integração soberanas na economia globalizada.Além do mais, os Estados nacionais, cada vez mais transnacionalizados, operam, atualmente, em um regime permanente de “exceção” (AGAMBEN, 2004), ao arrepio da legislação para garantir as melhores condições de reprodução para o capital. Isto explicaria, em grande parte, a situação de “exceção”, pela qual o Estado, por ação e/ou omissão, se torna cúmplice de processos de deslocamentos forçados de assentamentos urbanos, rurais e florestais consolidados – favelas e bairros pobres, áreas de pesca, de produção camponesa e familiar, aldeias indígenas – e de apropriação privada de espaços públicos, provocando danos permanentes e irreparáveis. Segundo Acselrad (2010) o processo de ambientalização dos conflitos nasce da expansão crescente das fronteiras das atividades de mineração, da soja, da cana, do boi, das hidrelétricas, do petróleo e portos, promovido incessantemente pelo capital transnacional em parceria com o Estado, característica do neodesenvolvimentismo recente dos governos do PT. São inúmeros os movimentos pela “justiça ambiental” já que os maiores impactados são justamente as famílias de pequenos agricultores, assentados, quilombolas e indígenas no campo e as frações mais vulneráveis de trabalhadores urbanos residentes nas periferias.

Os conflitos e as resistências na Região de Campos dos Goytacazes – as primeiras décadas do século XXI

A pesquisa hemerográfica que resultou neste artigo foi realizada no Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho e teve início em setembro de 2017, graças à colaboração das bolsistas de Iniciação Científica (Faperj e Pibic). A

¹⁷O termo superexploração é entendido como a combinação do processo tradicional de exploração da força de trabalho com a crescente e atual espoliação dos direitos representado pelo projeto do neoliberalismo.

base desta pesquisa, conforme já foi mencionado, foi o Jornal Folha da Manhã, em virtude da sua permanência até os dias atuais e, também, por constituir-se em um jornal de circulação regional. Além disso, embora um importante veículo de comunicação no processo de “fechamento” da região pelas elites agroindustriais, nos anos de 1970 a 1990 (CRUZ, 2003), e de assumir uma posição contrária à Reforma Agrária, nos anos de 1990 em diante e, mais recentemente, por constituir-se num aparelho privado de hegemonia dos GIs em Campos e na RNF, à falta de opção, já que o outro jornal local de alcance regional, O Diário NF, pertence ao grupo político do ex-prefeito e ex-governador Anthony Garotinho. Como se trata de uma fonte de informação para o mapeamento das notícias relativas às manifestações coletivas e protestos públicos, paralisações, greves e ocupações de terra dentre outras, a direção política do jornal não representou um problema para a pesquisa em tela.

De modo geral, o que será apresentado como resultado da pesquisa são informações preliminares e algumas breves considerações introdutórias referentes aos protestos e manifestações coletivas de diferentes sujeitos políticos nos municípios que integram a RNF e que contaram com a cobertura jornalística do jornal em tela, no período compreendido entre 2000 e 2012¹⁸. Cabe registrar também que não serão priorizados o número/ percentual de ocorrência das manifestações, mas, o seu comparecimento na cena pública publicizando suas reivindicações e interesses. São muitos e diversos os sujeitos coletivos, os modos de se apresentar no espaço público assim como as suas reivindicações. E mais, as manifestações e protestos expressam tanto as demandas coletivas já apresentadas na cena nacional pelos movimentos sociais¹⁹, quanto aquelas referentes às particularidades da dinâmica capitalista no contexto local e regional, conforme apresenta o presente artigo.

Não constitui novidade o fato de o jornal privilegiar a cobertura das mobilizações ocorridas em Campos dos Goytacazes, seja pela sua população, seja pela sua importância econômica e política na RNF e, também, por ser a sede do referido veículo de comunicação. Dentre as manifestações publicizadas, destacam-se os conflitos fundiários no campo, expressos pelo protagonismo do MST nas ocupações das terras improdutivas, nos protestos denunciando a reintegração de posse em favor dos latifundiários e aquelas reivindicando agilidade nos processos de desapropriação e do crédito agrícola e para moradia. Desde a primeira ocupação do MST em Campos, em 1997, nas terras da falida Usina São João, foram inúmeras as ocupações e

¹⁸ Embora o projeto original da pesquisa seja de 2000 a 2017, para este artigo utilizaremos as informações referentes ao período de 2000 a 2012.

¹⁹ De modo geral e sem entrar na complexidade e na polêmica que o conceito evoca, entende-se que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, vol. 5, nº1, p 11-40, jan./jun.2000).

manifestações durante toda a primeira década do séc. XXI tanto em municípios da RNF (Campos, Conceição de Macabu e São Francisco do Itabapoana) quanto da Região Noroeste Fluminense (Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna).

Além das ações do MST vale registrar as manifestações dos pequenos produtores rurais do Açú, 5º Distrito de São João da Barra, contra a desapropriação de suas áreas pela CODIN/RJ²⁰. Essas manifestações são registradas pela primeira vez em maio de 2009 e seguem até os dias de hoje. Cabe registro, também, dos protestos e mobilizações dos trabalhadores da construção civil do Consórcio ARG – Civil Port, responsável pelas obras do Porto do Açú, por reajuste e outras reivindicações, como mudanças na escala de trabalho e pagamento da participação nos lucros da Empresa, dentre outros direitos negligenciados pelo Consórcio, expondo os conflitos relativos ao processo de expropriação dos direitos em curso desde os anos de 1990, e intensificado no pós-golpe político-jurídico-midiático de 2016. A violência urbana, no município de Macaé, também, passa a ocupar as notícias do jornal a partir do ano de 2000. São diversos os registros de manifestações e protestos dos estudantes contra assaltos e estupros, e dos moradores de áreas de conflito, como Nova Holanda, denunciando a insegurança e o crescimento dos homicídios por conta dos conflitos entre facções distintas do tráfico de drogas, a partir do ano de 2007.

No que se refere ao município de Campos, a primeira década do século XXI, nos seus primeiros anos, será marcada pelas greves e paralisações sindicais de diversas categoriais profissionais, com destaque para os funcionários públicos (municipais, estaduais e federais) e, dentre eles, dos servidores da educação contra o desmonte da Política Pública de Educação nos três níveis de governo. Cabe salientar, no entanto, a particularidade da luta dos docentes, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação da UENF contra os governos estaduais de Garotinho (1998-2002), Rosinha (2002-2006) e Cabral (2006-2010). Com uma pauta inicial por autonomia e contra a intervenção da FENORTE (Fundação controlada pelo governo do estado), a Comunidade Acadêmica da UENF vai passar uma década nas ruas protestando, também, por reposição salarial, contra o atraso no pagamento dos salários, por melhores condições de trabalho e dos laboratórios, contra a demissão de professores e prestadores, por bandeirão, por segurança e, mais recentemente, contra o atraso das bolsas de IC e de pós-graduação e contra a degradação da situação da Universidade e seus servidores, assim como da Política de Assistência Estudantil.

Assim como a UENF, o SEPE (Sindicato dos Profissionais da Educação), também, esteve nas ruas e praças, em marchas e passeatas, contra o descaso

²⁰Os produtores protestam contra os decretos do governo estadual que declaram suas terras de utilidade pública, liberando-as para desapropriação em favor da CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro). Segundo o movimento, mais de 200 famílias serão expropriadas de suas terras. Ver: BARCELOS, E. (Org.). *O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos*. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro/Minas Gerais. 2014. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B1TWm6pW1zfRaHpZemhoNXNIMOE/edit>.

dos governos estaduais com a Educação Pública. Foram dezenas de manifestações, durante toda uma década, articulando docentes, técnicos e alunos das escolas públicas de primeiro e segundo graus e, também, das escolas técnicas, contra a falta de investimento e de recursos humanos e infraestrutura adequados.

Ainda referente à luta sindical, merece destaque o protagonismo dos petroleiros, bancários e rodoviários. Enquanto os petroleiros denunciam a precarização do trabalho nas plataformas, o processo de terceirização, os acidentes e a insegurança no trabalho, em especial na Bacia de Campos, os bancários protestam contra a falta de reajuste e de pessoal, denunciando a rentabilidade do setor em detrimento do atendimento e das condições de trabalho. Já os rodoviários reivindicam a equiparação salarial com o município do Rio de Janeiro e denunciam os atrasos no pagamento, fato que vai se repetir até os dias atuais.

Com menor frequência aparecem trabalhadores da construção civil, os vigilantes, garis e caminhoneiros. Dentre as suas reivindicações, destaca-se as paralisações e greves por reposição salarial da inflação.

Além dos estudantes universitários, os estudantes secundaristas representados pela FEC (Federação dos Estudantes de Campos) e pela UJS (União da Juventude Socialista), também se manifestaram, contra a degradação do ensino público e por mais recursos para as escolas e Universidades. Além dessas, houve diversas manifestações de estudantes denunciando as Empresas locais que impediam a sua entrada nos ônibus e muitas mobilizações dos estudantes universitários do “interior”, dos Distritos, contra a falta de transporte público para que eles pudessem estudar na sede do município, o que intensificou a luta pelo passe livre e colocou o transporte público e gratuito na agenda dos estudantes de Campos durante toda a década.

Outro sujeito coletivo que volta à cena pública cobrando seus direitos, particularmente, os direitos trabalhistas expropriados pelas Usinas em seu processo de falência, já apresentado neste artigo, são os trabalhadores rurais e os trabalhadores da Indústria sucroalcooleira, em especial, das últimas Usinas em funcionamento entre os anos de 2000 - 2010: - São João, Santa Cruz, Sapucaia, Cupim e Barcelos, do Grupo Othon Bezerra de Mello, e Paraíso. Além dos salários atrasados, alguns há quatro meses, os trabalhadores reivindicavam seus direitos trabalhistas, INSS e FGTS, além de denunciarem a prática do trabalho em situação análoga à escravidão em algumas dessas Usinas, como foi o caso denunciado pelo Comitê local contra o trabalho escravo na Usina Santa Cruz, em 2002 e na Cupim, em 2010. Um outro segmento, muito presente no espaço público local, são as marisqueiras do Distrito de Farol de São Thomé. Elas reivindicam a sua inclusão como beneficiárias do Seguro Defeso e denunciam a apropriação política das listas de beneficiários.

Entre os trabalhadores urbanos “informais”, merece destaque a luta dos perueiros (motoristas de van) pela regularização do transporte alternativo,

desde 2001; a luta dos camelôs pelo espaço e condições adequadas para a comercialização dos seus produtos. Em 2008, eles protestaram contra o corte da energia elétrica no camelódromo e, em 2009, contra as péssimas condições das novas instalações com o início das obras no camelódromo. Também vão ocupar o espaço público, os catadores de recicláveis do lixão local, após o seu fechamento, em 2012, onde trabalhavam mais de 400 catadores. Eles reivindicam uma ação assistencial imediata, além de uma nova alternativa de trabalho.

As demais manifestações referem-se aos protestos dos trabalhadores e trabalhadoras na condição de moradores de comunidades urbanas e rurais, pelos direitos sociais fundamentais como atendimento médico, professores e condições das escolas, contra a exoneração de professores eleitos, por transporte público de qualidade e nos horários de interesse da população, contra o alto preço das passagens, em especial, pelas trabalhadoras domésticas que residem nos distritos que alegam não estar conseguindo manter seus empregos na sede do município, por segurança nas vias públicas e contra os atropelamentos, sobretudo nas comunidades localizadas à margem das rodovias, por iluminação pública, calçamento, saneamento, coleta de lixo, dentre outros. Mais, recentemente, com a construção dos condomínios populares do Morar Feliz, foram muitas as manifestações contra o atraso das obras, os critérios de seleção das famílias beneficiárias, o número reduzido de moradias e, também, contra o aumento nas contas de energia elétrica após a transferência para as casas, no caso do condomínio da Tapera 1. Outra situação que mobilizou os moradores de Três Vendas e Ururaí, refere-se às constantes cheias dos rios Muriaé e Ururuáí, respectivamente, provocando perdas em geral para os moradores e, conseqüentemente, seu deslocamento para abrigos e, posteriormente remoções.

Sobre as manifestações por reconhecimento cultural, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, elas aparecem em menor número até o ano de 2012. Em 2000 o Movimento Negro realizou um protesto na Praça contra as práticas de racismo em escola e no comércio local; em 2007, o Movimento LGBT protagonizou um movimento em frente à Câmara Municipal denunciando o Governo de Garotinho de homofóbico. Ainda relativo à pauta de gênero, vale registrar os atos públicos promovidos por técnicos e gestores dos programas de atendimento à mulher, com a presença do Conselho da Mulher, dentre outros, em repúdio à violência praticada contra as mulheres pela implantação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) em Campos, nos anos de 2004, 2005 e 2006. O município, também, contou com a “Marcha da Vadia”, no ano de 2012, uma manifestação de âmbito mundial contra todas as formas de machismo, sexismo e contra a violência física e simbólica praticada cotidianamente contra as mulheres e expressa nos altos índices de estupros e no feminicídio.

Em síntese, buscou-se construir uma análise preliminar considerando os protestos e manifestações assim como suas pautas de reivindicações ao longo de um pouco mais de uma década, no sentido de articular as manifestações, seus sujeitos e interesses ao contexto nacional e, também, às mudanças operadas no município de Campos e na região, em virtude da sua integração à

economia mundial, capitaneada pelos fundos de investimentos e intensificada pelo modelo de desenvolvimento vigente, com destaque para a exportação de *commodities* durante a gestão do PT e, é claro, pela manutenção e intensificação do ajuste fiscal no segundo mandato da presidente Dilma. De modo geral, a pesquisa indica um profundo descaso com a classe-que-vive-do-trabalho, expresso na precarização dos vínculos, com a terceirização, no rebaixamento e atraso salarial, na negação dos direitos constituídos como 13º salário, FGTS e INSS ou no desrespeito aos direitos sociais. O abandono das Instituições públicas de ensino e a desqualificação dos servidores públicos, em todos os níveis de governo é, sem dúvida, o principal sintoma da forte presença do neoliberalismo entre nós, mesmo depois dos governos do PT. O problema da precarização do trabalho, iniciado nos anos de 1990, ganha fôlego, demonstrando um avanço significativo dessa modalidade sem detrimento dos concursos públicos e dos servidores de carreira. Em Campos, os conflitos em torno da terceirização e da crescente subcontratação em detrimento dos concursos públicos, modalidade questionada na Justiça, será objeto de mobilização e protestos por diversas vezes, sobretudo pelos antigos funcionários da Fundação Nacional de Saúde, transferidos para o município e, também, pelos prestadores do PSF, vigilantes e motoristas.

3. CONCLUSÃO

Considerando a intenção deste artigo, faz-se necessário destacar dois movimentos/processos na Região de Campos dos Goytacazes, ratificados pela pesquisa em tela e merecedores de um maior aprofundamento teórico-analítico, que será empreendido a partir de uma posterior revisão de literatura. O primeiro é herdeiro dos anos de 1990, que combinou aspectos da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira da RNF, caracterizada pelos altos índices de desemprego e pelo crescente processo de precarização e superexploração do trabalho, elementos históricos do mercado de trabalho local e regional. Além dessa crise estrutural do emprego, compõe o contexto da década de 1990 a agenda neoliberal imposta pelo Consenso de Washington em torno da política de austeridade fiscal e de valorização do real e todas as sequelas da política neoliberal e suas repercussões, em especial, as privatizações e os cortes no Orçamento das Políticas Sociais e o início do desmonte da proteção social e dos direitos trabalhistas e sociais.

O segundo movimento aprofunda o primeiro, redimensionando-o espacialmente e intensificando o processo de desqualificação e de criminalização das resistências. Como nos aponta Harvey (2013), o processo de acumulação por despossessão têm suas raízes nas diferentes formas de expropriação, no campo e na cidade, com vistas à ampliação do processo de reprodução e da rentabilidade do capitalismo, sob hegemonia dos rentistas. Ele não atinge apenas a universalização dos direitos, mas, a própria noção de Direito, enquanto relação distinta daquela assentada no lucro e, portanto, da mercantilização das relações sociais. Este movimento que avança a passos largos no Brasil, encontra amparo em um Estado cada vez mais apropriado pelos interesses dos fundos de investimentos, empresas transnacionais e setores do agronegócio e sua estratégia passa pela destituição do outro e da alteridade como regulação social. Assim, avança o “estado de exceção” e os

processos que o acompanham como a desqualificação das resistências, a criminalização dos movimentos sociais, o encarceramento dos pobres e a militarização dos conflitos.

As resistências contemporâneas, de modo geral, têm significado muito mais do que a denúncia dos carecimentos, elas constituem o modo pelo qual os subalternos denunciam os limites estruturais da ordem do capital e a sua legitimidade ancorada em um sistema de justiça completamente colonizado pelos interesses hegemônicos. Nesse sentido, elas trazem consigo novas referências de normatividade com novas significações e princípios de regulação da esfera pública a partir da perspectiva dos subalternos, colocando em dúvida as referências construídas à sua revelia. Daí a necessidade de se dar visibilidade aos sujeitos coletivos, os organizados, mas também àqueles que expressam outras lógicas e se organizam a partir de outras referências, estranhas aos movimentos tradicionais, mas, que também, traduzem as múltiplas expressões da “questão social” e da privatização/restrrição do Estado enquanto arena pública.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119 2010.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Érica T. Vieira. O Protagonismo do MST em Campos: uma Alternativa à Reprodução Social dos Assalariados da Cana. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, ano 3, n.1, p. 27-32, mar. 2000.

_____. A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de segregação socioespacial. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba/PR, v. 6, n. 2, p. 215-233, mai./ago. 2017.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **Estudo de Caso – A luta pela terra/território no Norte do Estado do Rio de Janeiro: a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária**. 2015.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

BRASIL. **PNRS. Política Nacional de Resíduo Sólidos**. Diário Oficial, Poder Executivo, Brasília/DF, 2010.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, Editora Xamã, São Paulo, 1996.

CRUZ, José L. V. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos dos Goytacazes/RJ. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Acumulação e**

pobreza em Campos: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

_____. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. 340 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. **Sobre as expropriações contemporâneas**: hipóteses e reflexões. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: de O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). Niterói: NIEP-MARX, 2017. p. 01-12. v.1.

NEVES, Delma. Mudança tecnológica e emprego. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.